

Balanço e perspectivas do Ministério da Saúde sobre gestão da saúde na exposição humana a RNI no Brasil

Dr. Guilherme Franco Netto, CGVAM, SVS, MS.

A sociedade moderna está cada vez mais dependente da utilização da energia elétrica e de meios de telecomunicações - duas fontes emissoras de radiações eletromagnéticas. A evolução tecnológica tem disponibilizado à população e às atividades produtivas e de serviços equipamentos que atendem às mais diversas necessidades. Diagnóstico e terapia medicinais, controle e monitoramento de processos industriais são alguns exemplos de atividades que utilizam equipamentos emissores de radiação.

Diversas evidências têm surgido sobre os possíveis efeitos nocivos à saúde das populações expostas a esses campos e, apesar da falta de estudos conclusivos sobre o tema, não se questiona o risco potencial dos efeitos cumulativos da exposição do ser humano às radiações eletromagnéticas.

Dentro das atuais condições, fez-se necessário o delineamento de um Modelo de Atuação de Vigilância em Saúde Ambiental relacionado aos Fatores Físicos para atuar sob o Princípio da Precaução - o que garante à Vigilância em Saúde Ambiental uma postura preventiva aos riscos à saúde humana frente à continuidade do abastecimento dos serviços necessários à sociedade.

A Vigilância em Saúde Ambiental relacionada a Fatores Físicos (VIGIFIS) tem por objetivo a proteção da população contra exposição a radiações eletromagnéticas. Cobre ampla faixa de agentes ambientais possivelmente capazes de causar danos à saúde humana. No entanto, tem desenvolvido ações na parcela correspondente a radiações eletromagnéticas tanto ionizantes quanto não ionizantes. O tempo de permanência de um corpo sob a ação de um campo eletromagnético é que vai determinar o tipo de risco à saúde que o agente emissor representa.

São objetivos do VIGIFIS:

- ✓ monitorar as áreas de risco em relação à dinâmica populacional, definindo e implementando ações de vigilância;
- ✓ identificar e conceituar um conjunto de indicadores e determinar limites máximos de emissão;
- ✓ criar mecanismos de notificação da posição territorial das fontes de emissão e seu perfil emissor, com vistas a localizar os pontos de monitoração e controle;
- ✓ determinar a função espacial de proximidade segura de fontes de emissão, delimitando faixas de referência progressivas para referência de risco;
- ✓ delimitar a presença humana nas diferentes faixas de referência para áreas de risco, segundo características relevantes, tais como gênero, idade, tempo de permanência, condição clínico-sanitária;
- ✓ avaliar a eficácia e a eficiência das ações determinadas pela de vigilância, propondo medidas de aperfeiçoamento do sistema.
- ✓ organizar e manter a base de conhecimento científico e tecnológico sobre a matéria, bem como fomentar novos avanços, a fim de dar suporte aos procedimentos de definição de áreas de risco e de modelagem da dinâmica populacional.
- ✓ propor o arcabouço normativo capaz de dar suporte às ações de vigilância ambiental em saúde para os fatores físicos.

A atuação do Ministério da Saúde no campo das radiações não ionizantes propõe o desenvolvimento progressivo de um modelo de atuação para vigilância em saúde ambiental à exposição prolongada a campos eletromagnéticos emitidos por infraestrutura de serviços de fornecimento de energia elétrica e telecomunicações. Para isso, vem desenvolvendo um modelo de atuação centrado no chamado mapa de exposição que se apresenta como instrumento de coleta e sistematização de dados, análise e apresentação de informações, voltado para quantificar e localizar a exposição de populações à irradiação combinada das estações rádio bases (ERB) de telefonia celular e de radiodifusão.